

6. PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 15 POSTOS DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ATIVIDADE DE NADADOR SALVADOR, PARA EXERCEREM A ATIVIDADE NAS PISCINAS MUNICIPAIS E PRAIAS FLUVIAIS NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO:

Submete-se à consideração do Executivo, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de abertura de procedimento concursal comum para ocupação de **15 postos de trabalho**, na carreira e categoria de assistente operacional, atividade de **Nadador Salvador**, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo período de dois meses e meio, com possibilidade de renovação no máximo por mais um mês, nos termos e para efeitos do artº. 54º., da Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2015), para exercer funções nas **Piscinas Municipais e Praias Fluviais**, nos termos do artº. 47º. da citada Lei, que se mantém em vigor pelo período compreendido entre 1 de janeiro de 2016 e a entrada em vigor da lei que aprova o Orçamento de Estado de 2016, conforme o previsto no Decreto-Lei 253/2015, de 30/12, (regime transitório de execução orçamental).



Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo

PROPOSTA

ASSUNTO: Procedimento concursal comum para ocupação de 15 postos de trabalho na categoria de assistente operacional, atividade de nadador salvador, para exercerem a atividade nas piscinas municipais e praias fluviais na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo

1. O mapa de pessoal do Município para 2016, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 27 de novembro de 2015, identifica a necessidade de recrutar 15 nadadores salvadores, para exercerem a atividade nas piscinas municipais e praias fluviais, a quem compete assegurar a vigilância e assistência dos utentes;
2. Nos termos do previsto no art.º 47.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31/12 (Lei do Orçamento de Estado para 2015), que se mantém em vigor pelo período compreendido entre 01 de janeiro de 2016 e a entrada em vigor da Lei que aprova o Orçamento de Estado de 2016, conforme o previsto no Decreto-lei 253/2015, de 30/12, (regime transitório de execução orçamental), as autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. Contudo em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, n.º 2 do citado art.º 64.º, pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem um conjunto de requisitos cumulativos, entre os quais o da imprescindibilidade do recrutamento, alínea a) que neste setor de atividade, tendo em conta os postos de trabalho ocupados no mapa de pessoal, é insuficiente para assegurar a abertura aos cidadãos das piscinas municipais, bem como das praias fluviais na época de verão, por forma a garantir a vigilância e assistência dos utilizadores desses equipamentos de lazer, conforme se discrimina:

Praia Fluvial de Adaúfe - Não possui nadador salvador permanente pelo que necessita de 4 nadadores, 2 por turno, para assegurar a vigilância diária no período balnear, em cumprimento de imposição legal relativa a este tipo de praias de acesso livre ao público.

Praia Fluvial de Merelim S. Paio - Não possui nadador salvador permanente pelo que necessita de 2 nadadores, para assegurar a vigilância diária no período balnear, em cumprimento de imposição legal relativa a este tipo de praias de acesso livre ao público.

Piscina das Parretas - Não possui nadador salvador permanente pelo que necessita de 2 *nadadores* para assegurar a vigilância diária no período balnear, em cumprimento de imposição legal relativa a este tipo de equipamento público.

Piscina da Ponte - Não possui nadador salvador permanente pelo que necessita de 3 *nadadores* para assegurar a vigilância diária no período balnear, em cumprimento de imposição legal relativa a este tipo de equipamento público.

Piscinas da Rodovia – Não possui nadador salvador permanente pelo que necessita de 4 *nadadores* para assegurar a vigilância diária da piscina Olímpica (ar livre) no período balnear, em cumprimento de imposição legal relativa a este tipo de equipamento público.


Acontece que, conforme atrás mencionado, constata-se a imprescindibilidade do presente "recrutamento", dada a notória carência de recursos humanos, conjugada com o manifesto interesse público, com vista a assegurar a vigilância e assistência dos munícipes na utilização das piscinas e praias fluviais municipais, na época balnear, estimando-se que as futuras contratações -por dois meses e meio-, possam eventualmente vir a ser objecto de renovação, dada a possibilidade de extensão da época balnear, por motivos meteorológicos.

Acresce que, importa mencionar que existe uma manifesta impossibilidade de satisfação do "recrutamento" de pessoal por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou outros instrumentos de mobilidade, dado o período de contratação em causa (2, 5 meses) bem como a área de recrutamento implicar uma área de formação específica.

Por último, refira-se, os encargos com as renovações em causa foram previstos no orçamento do município.

Face ao exposto, remeto para informação, no sentido de que o Sr. Presidente submeta ao órgão executivo para que este proponha ao órgão deliberativo municipal, nos termos do previsto no art.º 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 (Lei do Orçamento de Estado para 2015), que autorize a abertura de procedimento concursal comum destinado à ocupação de 15 postos de trabalho, na carreira e categoria de assistente operacional, atividade de nadador salvador, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo período de dois meses e meio, com possibilidade de renovação no máximo por mais um mês, nos termos e para efeitos do art.º 54, alínea 2, 8 e 13, da citada lei do orçamento.

Braga, 26 de janeiro de 2016

A Vereadora,

Dr.ª Sameiro Araújo